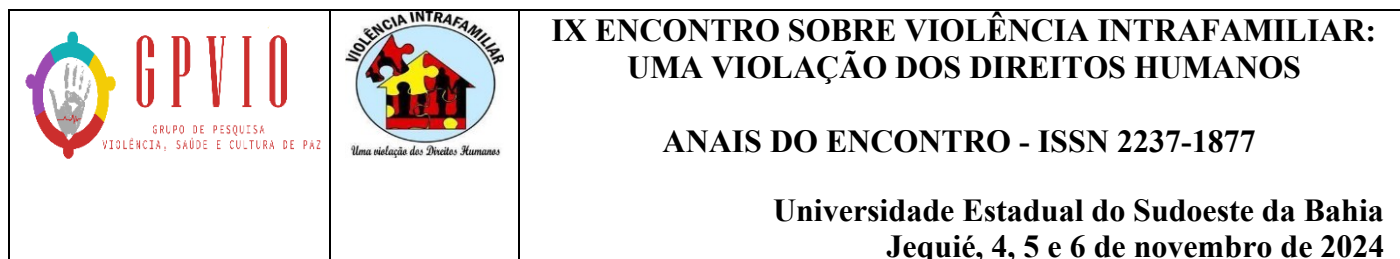


Relato de Experiência



DIALOGANDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Joice Brito Moreira¹;
 Felipe Gonçalves Rocha Santana¹;
 Michelle Kristine Bispo dos Santos Lôbo¹;
 Ingrid Silva Andrade¹;
 Marcelle Cristina de Assis Oliveira¹;
 Zulmerinda Meira Oliveira²;

Introdução

No século XX até a década de 1970, a população feminina no Brasil tinha sua assistência à saúde pautada somente em diretrizes e ações voltadas ao ciclo gravídico-puerperal, fato este, que dificultava a implementação de medidas essenciais para esse público (Costa; Gonçalves, 2019). Ainda na década de 70, foi criado o Programa de Saúde Materno-infantil (PMI), que tinha como enfoque o planejamento familiar com o intuito de diminuir as taxas de morbimortalidade materna e infantil. Na década de 80, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) trouxe avanços em relação ao acesso a meios de contracepção, educação em saúde, climatério, ações de promoção e prevenção na área de ginecologia como o rastreamento precoce do câncer de mama e colo de útero (Freitas *et al.* 2009).

Costa (2009) aponta que a luta social das mulheres no Brasil ganhou força a partir da década de 1980, impulsionada pelo fortalecimento dos movimentos feministas e pela crescente presença das lideranças femininas em espaços políticos e de tomada de decisão. Nesse sentido, o engajamento de lideranças feministas em debates relacionados à saúde trouxe mudanças significativas e foi crucial para pressionar por transformações profundas no sistema de saúde (Ferraz; Kraicyk, 2010).

¹Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: joicemoreira707@gmail.com

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da UESB. E-mail: felipesanttana27@gmail.com

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da UESB. E-mail: michellekristine26@gmail.com

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: ingridsilva7@gmail.com

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: marcele865@gmail.com

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. E-mail: zulmerinda.meira@uesb.edu.br

Nesse contexto, destaca-se a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher, organizada em 1986, na qual reafirmou as diretrizes que orientariam as políticas de saúde voltadas para as mulheres, alinhando-se com o PAISM. Costa (2009) relata ainda que a carta das mulheres brasileiras aos constituintes, fruto das resoluções desta Conferência, reforçou a saúde da mulher como prioridade dos movimentos feministas, defendendo a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, além de garantir o direito das mulheres a atenção à saúde, independentemente do papel materno, e a liberdade na regulação da fecundidade.

Em 2004, implantou-se aqui no Brasil a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), vigente até os dias atuais, que trouxe inovações a respeito da atenção ao abortamento inseguro, ações para prevenção da violência doméstica e a assistência para grupos específicos de mulheres. Nessa perspectiva, essa política tem como principais objetivos: fomentar a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, por meio da garantia dos seus direitos, favorecendo, assim, o acesso aos serviços de saúde em todo o Brasil; contribuir para diminuir a morbimortalidade feminina em todas as fases da sua vida, bem como também melhorar, qualificar e humanizar a atenção à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2004; Freitas *et al.* 2009).

Objetivo

Relatar a experiência de graduandos do Curso de Graduação em Enfermagem a partir das discussões em sala de aula sobre as políticas públicas voltadas para a atenção à saúde da mulher.

Descrição da Experiência

Trata-se de um relato de experiência proveniente de um seminário intitulado “Políticas públicas de Atenção à Saúde da Mulher e Indicadores de Saúde na População Feminina” como atividade da disciplina Enfermagem em Atenção à Saúde da Mulher. Nesse contexto, para avaliação desta atividade, os discentes foram divididos em 4 grupos, onde a docente responsável pelo seminário organizou um sorteio para determinar quais dos quatro grupos ficaria encarregado de realizar um resumo das discussões geradas em sala de aula sobre a temática. Os demais grupos teriam funções específicas: um ficou responsável por apresentar a temática e fazer questionamentos, um grupo responder os questionamentos feitos pelo grupo da apresentação, outro ficou responsável por fazer uma análise crítica e complementar algo que o grupo da apresentação deixou de abordar.

Durante a explanação, o grupo sorteado abordou assuntos relacionados aos programas e políticas de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher. Foram apresentadas e fomentadas discussões importantes como os aspectos da evolução dessas iniciativas, bem como contextos significativos sobre o papel das mulheres no Sistema Único de Saúde (SUS), assinalando-as como as principais usuárias desse sistema. Paralelamente foram discutidas as questões de gênero e contextos pertinentes à saúde da mulher, com o objetivo de promover a equidade dessa população. Isso inclui a consideração de questões como direitos reprodutivos, acesso a serviços de saúde, o enfrentamento da violência, assegurando que as políticas de saúde da mulher considerem as particularidades, dados epidemiológicos e experiências vivenciadas das mulheres em suas diversas etapas da vida.

Ademais, foi discutido que os desafios atuais encontrados para a implementação das políticas de saúde da mulher, dentre os quais estão inclusos a falta de acesso a serviços de saúde adequados, a escassez de profissionais qualificados e engajados para uma assistência adequada a essa população, na perspectiva da integração de cuidados que levem em consideração as questões culturais e sociais. Além de dificultar a busca por assistência, a exemplo dos estigmas relacionados à saúde sexual e reprodutiva, condições econômicas e etnias.

Assim, foram dialogadas questões de morbimortalidade feminina, destacando as principais doenças que acometem essa população, violência contra a mulher, campanha do agosto lilás, outubro rosa, a participação civil na construção das políticas de saúde da mulher e as atribuições de enfermagem no pré-natal. Não obstante, por esse mesmo grupo foram levantados questionamentos acerca do principal avanço trazido da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), conceito de saúde reprodutiva e gênero e os objetivos específicos da PNAISM.

O grupo responsável pela análise crítica, destacou que a apresentação do seminário sobre saúde da mulher e políticas públicas foi significativo, porém sugeriu-se o uso de dados atualizados para aprofundar a contextualização histórica, como forma de evidenciar os avanços e desafios recentes, e a inclusão da interseccionalidade, abordando fatores como raça, classe e orientação sexual que afetam a saúde das mulheres.

Repercussões

Estudar políticas públicas de atenção à saúde da mulher é de suma importância para compreender e entender o contexto de saúde da população feminina e os seus avanços ao longo das décadas. Diante disso, foi possível compreender a complexidade das questões de saúde que afetam as mulheres, que vão muito além da atenção materno-infantil, abrangendo aspectos como saúde sexual, reprodutiva, mental e prevenção de doenças. É notório perceber a importância de políticas inclusivas que atendam às diversas necessidades e realidades diferentes de cada mulher.

Nesse sentido, as discussões sobre essa temática também evidenciaram como a participação feminina no engajamento e implementação dessas políticas foi essencial para garantir a representatividade e a efetividade das ações. Desse modo, estudar essa temática nos trouxe um olhar sensível sobre a saúde da mulher e o reflexo das lutas históricas por direitos e, que a construção de políticas públicas eficientes depende de uma compreensão sobre as especificidades femininas em diferentes contextos sociais.

Considerações Finais

Conclui-se que as discussões em sala de aula sobre as políticas de atenção à saúde da mulher foram significativas no processo ensino aprendizagem dos acadêmicos de enfermagem. Além disso, ao compreender a PNAISM, percebe-se a importância das ações de educação em saúde e a promoção de direitos como subsídios essenciais para capacitar mulheres a tomarem decisões informadas, para promover a participação ativa das mesmas na elaboração e avaliação dessas políticas fortalecendo, assim, a sua efetividade.

Outrossim, que estas ações sejam abrangentes e centradas nas necessidades específicas desse grupo, garantindo o acesso à serviços de saúde integral que incluem a saúde sexual e reprodutiva, cuidados pré-natais e pós-natais, bem como a prevenção de doenças e a garantia da equidade no acesso à saúde especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Descritores: Políticas públicas. Saúde da mulher. Assistência integral à saúde da mulher.

Eixo Temático: As práticas de cuidado no contexto do Sistema Único de Saúde

Referências:

FREITAS, Giselle Lima de; VASCONCELOS, Camila Teixeira Moreira; MOURA, Rejane Ferreira, PINHEIRO, Ana Karina Bezerra. Discutindo a política de atenção à saúde da

mulher no contexto da promoção da saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, GO, v.11, n.2, e4248, 2009.

COSTA, Rayne da Conceição; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. O direito à saúde, à efetividade do serviço e à qualidade no acesso às políticas públicas de atenção à saúde da mulher. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasília, DF, v. 2, n.4, 2019.

COSTA, Ana Maria. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1073-1083, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FERRAZ, Dulce; KRAICZYK, Juny. Gênero e Políticas Públicas de Saúde – construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 9, n.1, 2010.